

# **UM PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA ESTATAL NO NORTE GOIANO (1960-1964): O COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS**

## **A STATE-RUN AGRARIAN REFORM PROJECT IN NORTHERN GOIÁS (1960-1964): THE ARRAIAS AGRO-URBAN COMBINATION**

Saimon Lima de Britto<sup>1</sup>

Manoel Calaça<sup>2</sup>

Elizeu Ribeiro Lira<sup>3</sup>

### **RESUMO**

A pesquisa visa analisar o projeto agro-urbano do governo Mauro Borges em Goiás como proposta de reforma agrária estatal na década de 1960 e seu resultado nos dias atuais. O trabalho apresenta a formação inicial do projeto Combinado Agro-Urbano de Arraias e seu desfecho através dos mais diversos processos políticos, sociais e administrativos que desencadearam no fim do referido projeto e, posteriormente na criação da cidade de Combinado, atualmente no estado do Tocantins, a partir dessa colônia camponesa nos rincões goianos, que além de reforma agrária tinha também um viés colonizador. Os fatos foram analisados com base em pesquisa bibliográfica sobre a temática, trabalhos de campo, observação e entrevistas. Foram utilizados mapas e imagens para melhor entendimento e esclarecimento dos processos.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária, Agrovilas, Cooperativa Camponesa, Campesinato.

### **ABSTRACT**

The research aims to analyze the Mauro Borges government's agro-urban project in Goiás as a proposal for state agrarian reform in the 1960s and its results today. The work presents the initial formation of the Combined Agro-Urban Arraias project and its outcome through the most diverse political, social and administrative processes that triggered at the end of the referred project and, later, in the creation of the city of Combinado, currently in the state of Tocantins, from that peasant colony in the corners of Goiás, which in addition to agrarian reform also had a colonizing bias. The facts were analyzed based on bibliographical research on the subject, fieldwork, observation and interviews. Maps and images were used to better understand and clarify the processes.

**Keywords:** Agrarian Reform, Agrovilas, Peasant Cooperative, Peasantry.

---

<sup>1</sup>Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – PPGeo/IESA/UFG. saimonlima@live.com;

<sup>2</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – PPGeo/IESA/UFG. manoelcalaca@gmail.com;

<sup>3</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – PPGeo/UFT. elizeulira@gmail.com.

## **Introdução**

O surgimento do Combinado Agro-Urbano de Arraias se deu na década de 1960 quando o então governador do Estado de Goiás Mauro Borges Teixeira iniciou uma reforma agrária em modelo cooperativista, semelhante ao modelo kibutz de Israel. Os kibutzim são pautados no cooperativismo, na cooperação mútua, com repartição da produção entre seus cooperados, nesse sistema de produção todos têm acesso a toda a produção. Mauro Borges havia encontrado em Israel uma solução para eliminar os pobres do campo e um modelo de reforma agrária, ou pelo menos ele apresentou assim e, que segundo ele, se tornaria “exemplo para todo o país” (Teixeira, 1987, p.21). Para iniciar seu projeto, escolheu nos rincões de Goiás a zona rural da cidade de Arraias, região nordeste do então Estado de Goiás em 1962.

O projeto consistia em uma grande área rural, subdividida em lotes rurais que seria para a produção dos camponeses e uma pequena zona urbana que serviria de moradia às famílias camponesas e contaria com atendimento de necessidades básicas, tais como hospital, escola, prédios administrativos, espaço de lazer, entre outros. Uma mistura de rural e urbano em meio ao cerrado goiano, longe das cidades, longe das estradas. Ao que parece, esse projeto de reforma agrária tinha entre seus objetivos não somente ceder terras para a produção camponesa, mas também vinculado a um projeto de colonização, com intuito de povoar o imenso norte goiano rumo a nova fronteira agrícola que se formava, ou que dava sinais futuros de formação.

A pesquisa visou analisar o Combinado Agro Urbano de Arraias como tentativa de reforma agrária tutelada pelo estado na década de 1960. Esse projeto de reforma agrária estatal também visava acalmar os ânimos dos camponeses, que na época, lutavam por reforma agrária, o que era considerado pelas elites uma ameaça iminente de uma revolução socialista, nos moldes da revolução cubana de 1959. Como resultado apresentou-se o Combinado Agro Urbano de Arraias em seu início como uma vila rural, até os dias atuais onde se situou como município de Combinado, no Estado do Tocantins, que tem em seu entorno grandes produtores rurais, cenário oposto ao projeto inicial proposto pelo então governador Mauro Borges. A pesquisa foi motivada pela necessidade de reflexões científicas sobre o referido projeto e os fenômenos políticos e territoriais resultantes.

## **Aporte teórico**

Conforme Moura (1988, p. 12) “Podemos descrever o camponês de diferentes maneiras. Uma delas é defini-lo como cultivador de pequenas extensões de terra, às quais controla diretamente com sua família.” Andrade (1989) o termo camponês, é usado na Europa e no Oriente para indicar a comunidade de habitantes do campo que se dedica à exploração agrícola, para o auto-sustento. Ponto chave nas afirmações de Andrade e Moura da comunidade campesina, o auto-abastecimento e o trabalho familiar, são características bases para se reconhecer o camponês. Comunidade campesina, auto-abastecimento e trabalho familiar, são as chaves dos autores, são categorias fundamentais para a análise do Combinado Agro-Urbano de Arraias, uma vez que sua concepção era pautada no trabalho familiar e coletivo.

Para Julião (1962, p.11) “Os camponeses são os foreiros ou arrendatários, os meeiros, os parceiros, os vaqueiros, os posseiros, os condiceiros e os sitiantes.”. Sobre a formação do campesinato brasileiro Andrade (1989, p.15) declara que.

A formação do campesinato, não entendido como do tipo feudal europeu, mas como grupos de pessoas pobres que se estabeleciam em terras não juridicamente apropriadas, ou em terras apropriadas, mas com o consentimento do proprietário, para desenvolver culturas alimentícias para o próprio sustento, deu-se vagarosa e persistente, desde o tempo da colonização. (Andrade, 1989, p. 15)

O autor declara que o campesinato brasileiro surgiu de forma distinta do campesinato europeu que tem origem feudal. No Brasil o campesinato se formou desde os tempos da colonização, a partir de pessoas pobres e escravos que fugiam, para se esconder dos abusos dos colonizadores, para o interior do continente e se estabeleciam em terras de origem e propriedade diversas e duvidosas para a sobrevivência e produção do auto-sustento.

O autor continua afirmando que “A abolição da escravatura ampliou a massa formada pelos pobres do campo, (...)” (Andrade, 1989, p.16). Apresentando assim a essência dos nossos camponeses que são/foram formados por pessoas pobres e ex-escravos que não tiveram oportunidades de trabalho digno e se abrigaram/refugiaram no campo, em terras devolutas, de acordo com Julião (2013, p.42) “A renda das terras sofria bruscas elevações de preço de um ano para o outro. Os sítios por sua vez, minguavam em tamanho e fecundidade”. A situação no campo se agravava em todo o Brasil com as altas taxas de rendas fundiárias, causando revolta entre os camponeses e atritos entre posseiros e grileiros e, assim, causando tensão sobre os governantes.

De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1993, p.15) “Conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade de nossos tempos. São, isto sim, uma das arcas

do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país”. O autor traz o entendimento de que os conflitos sociais no campo no Brasil são frutos do processo de ocupação do campo e que não datam de tempos recente, mas sim de tempos longínquos.

De acordo com Oliveira (1991, p. 14) “no centro das lutas tem estado à luta contra a apropriação privada da terra. O fim da propriedade privada da terra coloca em questão o fim da propriedade dos meios de produção”. Oliveira estabelece uma relação direta entre a propriedade privada e os meios de produção. Foi essencial para o entendimento do objeto da pesquisa realizada, uma vez que as terras do Combinado Agro-Urbano de Arraias eram públicas, no sistema de concessão aos camponeses da época.

Para Prado Junior (2000, p.127), sobre a tensão da pauta reforma agrária, no Brasil, no contexto dos anos de 1950/1960 afirma que:

A questão da reforma agrária vem ganhando entre nós, nos últimos tempos, considerável impulso. Seja de um lado por pressões vindas de baixo, seja de outro, através de iniciativas oficiais direta ou indiretamente estimuladas por aquelas pressões, o fato é que o assunto se propõe cada vez mais de maneira mais insistente. (Prado, p. 127, 2000).

Segundo Prado Junior, essa tensão se dá entre a classe camponesa explorada e os proprietários de terras, consequentemente há também uma tensão política em relação a isso, uma vez que predomina no país uma classe dominante que utiliza da terra para exercer poder social. A posse de terras no Brasil está intimamente ligada ao poder e esse por sua vez às lutas de classes. A reforma agrária estatal vem para acalmar os ânimos no campo, para evitar uma possível subversão camponesa em busca da revolução socialista, a exemplo de outros países na América Latina, contudo, também tem um viés colonizador, no intuito de ocupar o imenso território nacional.

### **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa se iniciou primeiramente com um extenso levantamento bibliográfico que envolve a temática da reforma agrária e das lutas camponesas e suas relações no campo. De acordo com Martins (2005, p. 27) “A pesquisa bibliográfica é o ponto de partida de toda pesquisa, levantamento de informações feito a partir de material coletado em livros, revistas, jornais, *sites* da internet e em outras fontes escritas devidamente publicadas.” A autora, além de colocar a pesquisa bibliográfica como fundamental em todas as pesquisas, pontua como essencial na pesquisa bibliográfica “fontes escritas devidamente publicadas”, ou seja, fontes

publicadas geram mais confiabilidade dos dados quando o assunto é pesquisa bibliográfica e assim se seguiu também a nossa pesquisa.

A materialidade dos acontecimentos foi observada a partir de trabalhos de campo, mediante a observação e entrevistas estruturadas aplicadas aos camponeses e camponesas, servidores públicos da época, políticos, sujeitos sociais, entre outros. Para Leite (2008, p. 102) “A entrevista é uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, proporcionando ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária.” As pessoas selecionadas para as entrevistas viveram aquele momento e através de sua memória viva contribuíram grandemente para a coleta de dados referentes aos processos vividos e organizados pelos camponeses.

Os trabalhos de campo foram realizados nos municípios de Dianópolis; Almas; Rio da Conceição; Taguatinga; Combinado; Natividade e Arraias, atualmente situados na região Sudeste no Estado do Tocantins, em busca de evidências, memórias e informações sobre o contexto de implantação do projeto na região. Foram utilizados mapas e imagens para retratar e analisar os fatos político-sociais da época. A pesquisa teve caráter qualitativo e fundamentado no referencial teórico.

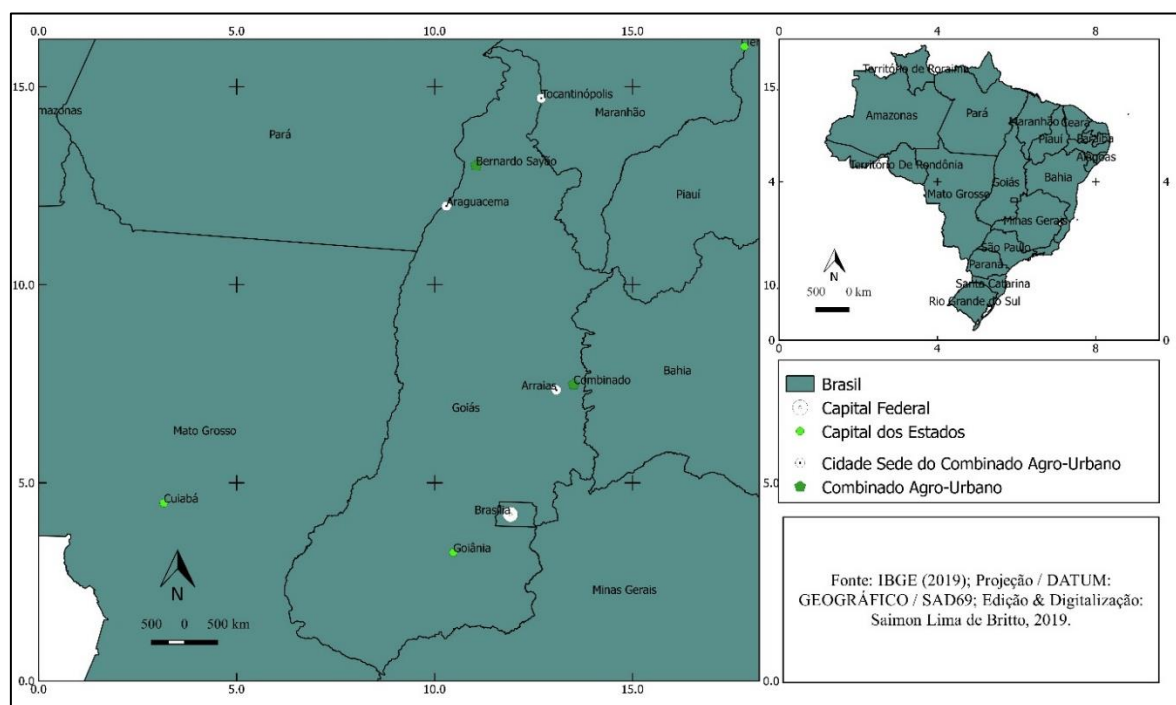
## **Resultados e discussões**

A Reforma Agrária era vista pelo então Governador do Estado de Goiás Mauro Borges como uma solução contra a pobreza e o desenvolvimento do Estado “A Reforma Agrária se colocava, como elemento chave na aceleração do desenvolvimento econômico, social e político.” (Teixeira, 1987, p.12). Mauro Borges via na reforma agrária, como uma ação que traria um retorno positivo para a sociedade e peça chave para o desenvolvimento econômico e social. Apesar de seu projeto ter como prioridade a reforma agrária, ele tinha um viés de colonização e, algumas características que serão debatidas mais a frente nos levam a essa conclusão.

Eleito governador do estado de Goiás, para o mandato que teve início em 1961, Mauro Borges visitou Israel em 1962, onde por 20 dias observou e estudou a produção coletiva familiar dos Judeus - *oskibutz*. O modelo é um sistema de cooperativa agro-urbana onde a produção e a distribuição dos alimentos, e os lucros de seu excedente, são distribuídos entre todos os membros da comunidade, proporcional ao tamanho de cada família. Foi a partir do conhecimento dessa experiência de agricultura coletiva, em Israel, que Mauro Borges teve a ideia de criar no Estado de Goiás as Rurópolis, ao seu projeto deu o nome de Combinados Agro – Urbanos (Britto; Lira, 2021).

Mauro Barges criou três Combinados Agro – Urbano em 1962. Esses núcleos foram instalados no antigo norte goiano, atual Estado do Tocantins. O Combinado Agro – Urbano de Arraias (município de Arraias), a Frente de Colonização do Norte do Estado (município de Tocantinópolis) e o Núcleo Colonial Bernardo Sayão, (município de Araguacema) (Teixeira, 1987). O município de Arraias, com uma população estimada de 10.502 pessoas em 2021, está localizado a Sudeste do Estado do Tocantins, foi o local escolhido pelo governador Mauro Borges para implantação do seu projeto piloto no ano de 1962. O projeto ocupou uma área de 6.500 alqueires, em terras cobertas de matas e topografia plana, abrangendo a Fazenda Suçuarana e parte da Fazenda Caatinga, áreas objeto de desapropriação, tendo o Governo do Estado baixado os Decretos de número 63 e 64 de 27 de junho de 1962 declarando ambas, para aqueles efeitos, de interesse social (IBGE, 2019). Segue figura 1 do mapa de localização desses núcleos agro urbanos em 1962.

**Figura1:** Mapa de localização dos núcleos agro-urbanos implantados em Goiás em 1962



Fonte: Livro: O Plano MB. Confeção do mapa: Saimon Lima de Britto (2019).

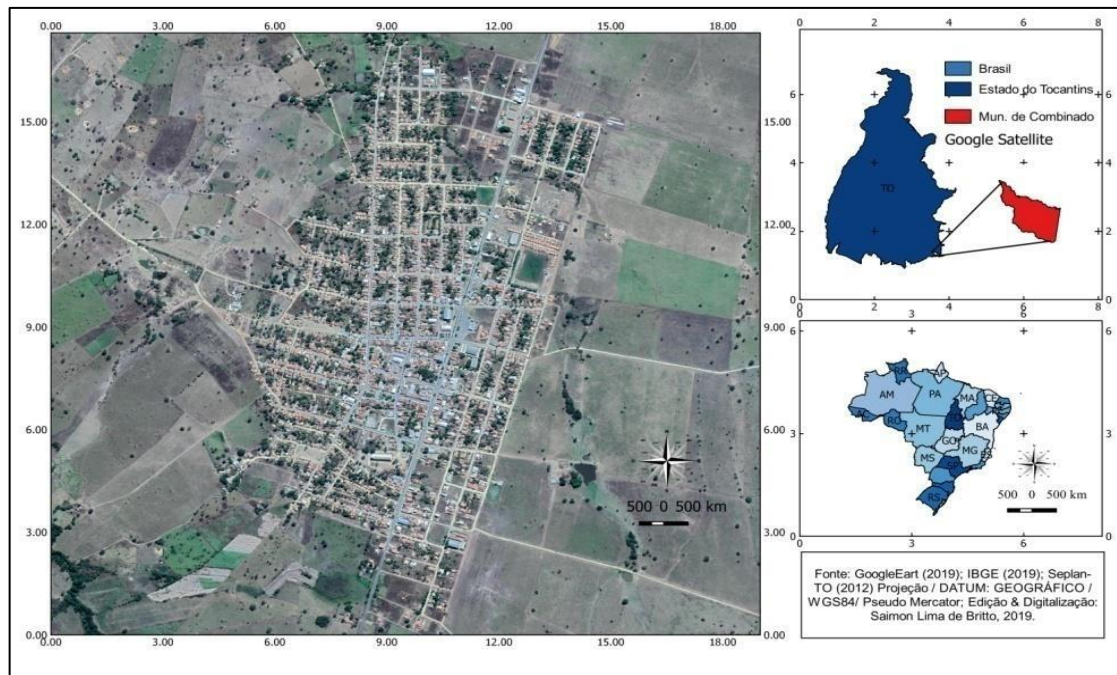
O Combinado Agro – Urbano de Arraias foi o projeto piloto, que além de ser o primeiro, foi implantado a partir do zero, sem nenhuma estrutura ou organização que lhe antecederesse, ao contrário do Núcleo Colonial Bernardo Sayão, projeto iniciado pelo governo federal e encampado pelo governo de Goiás para dar continuidade e, da Frente de Colonização do Norte do Estado, que já tinha a organização social da Cooperativa dos Babaqueiros do Norte Goiano demandando o projeto (Britto; Lira, 2019).

Segundo Teixeira (2002, p. 161) o projeto era constituído de quatro núcleos coloniais idênticos e de uma área urbana; cada núcleo com cerca de 1.300 alqueires geométricos, ou seja, 6.300 hectares. Por sua vez, cada núcleo seria subdividido em 200 lotes agrícolas de 25 hectares, destinando-se um lote para cada família. No centro geométrico de cada um dos quatro núcleos, designados pelas letras CAU/1, R2, R3 e R4, seria construída uma pequena vila de 200 casas residenciais para as famílias camponesas, prédios para cooperativa mista, unidade de assistência técnica, escola primária e um posto de saúde, além de uma patrulha mecanizada, armazéns e silos, templo religioso, centro social e uma praça de esportes.

O senhor Arcelino nos revela que poucos foram os que resistiram ao abandono do projeto, pois sem o respaldo do Estado, o abastecimento dos armazéns ficava comprometido e a escoação da safra ficava a cargo de cada um “Eu resisti, eu era empregado, quando o governo Mauro Borges acabou eu passei pra Cooperativa, havia ficado na Cooperativa e ainda trabalhei dois anos e não recebi”. O senhor Arcelino denuncia que ficou recebendo do Estado através da Cooperativa, e que depois a Cooperativa faliu e quem era funcionário dela perdeu tudo, inclusive ele que deixara de perceber Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos mil Cruzeiros) na época. Ele também reconhece o quanto refletiu de forma negativa em Combinado o golpe civil-militar de 1964.

No ano de 1987, o Combinado Agro – Urbano de Arraias foi desmembrado da cidade de Arraias, e elevado à categoria de cidade pelo governo de Goiás pela Lei Estadual nº 10.402 ainda em 1987 e, com município instalado em 1989, já fazendo parte do recém criado Estado do Tocantins. Segundo o IBGE (2021) o município de Combinado – TO possui atualmente uma população estimada de 4.870 habitantes, em uma área territorial de 209, 572 km². Situa-se na região Sudeste do Estado do Tocantins a uma distância de 68,7 km da cidade de Arraias – TO, pela rodovia TO-110. Segue figura 2 do mapa de localização da atual cidade de Combinado – TO.

**Figura 2: Mapa de localização e malha urbana da atual cidade de Combinado – TO.**



Fonte: Seplan – TO (2012). Confecção do mapa: Saimon Lima de Britto (2019).

Analisando as imagens de satélite verificamos uma malha urbana organizada predominantemente quadriculada, confirmando o que afirmou o senhor Arcelino de Souza em entrevista, sobre o início do projeto, com um eixo central formado pela rodovia TO-110 que atravessa a zona urbana da cidade. Em volta da cidade, observa-se campos de pastos, além de estradas vicinais. Em pesquisa de campo na cidade, verificamos que Combinado tem uma forte produção de leite, o que lhe dá carinhosamente o título de “Capital do Leite” do Tocantins. Esses produtores de leite de Combinado se dividem em pequenos, médios e grandes produtores, organizados em associações e cooperativas, que incluem também outros produtores de outros municípios de região. Segue figura 3 foto aérea da cidade de Combinado – TO.



**Figura 3: Foto aérea da cidade de Combinado – TO**



Fonte: @combinadotocantins. Disponível em:

[https://www.instagram.com/p/CSNEhxGrHba/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CSNEhxGrHba/?utm_source=ig_web_copy_link) Acesso em: 15 de setembro de 2024.

A cidade possui os serviços básicos de saúde, educação, abastecimento, rodovias pavimentadas de acesso, toda estrutura básica de comunicação como agência dos correios, sinal de televisão e internet, um pequeno comercio local para as necessidades básicas de alimentação, vestuário, agropecuário, mobiliário, entre outros. Pouco antes da divisão territorial e então criação do Estado Tocantins, o projeto de reforma agrária denominado de Combinado Agro Urbano de Arraias, que já havia sido instituído como Distrito do município de Arraias – GO/TO, em 1987 eleva a categoria de cidade. Com a divisão territorial do estado de Goiás e a consequente emancipação territorial do Tocantins, Combinado – TO entra no mapa e começa a sair de seu isolamento geográfico, com a criação e pavimentação das rodovias estaduais, virando rota de ônibus e caminhões que circulam pelo Sudeste do estado do Tocantins com sentido a Bahia.

Combinado se tornou hoje uma pequena cidade no interior do Brasil, sobrevivendo do campo de forma direta e indireta, com seu pequeno comércio de auto abastecimento, perdeu completamente suas características iniciais de agrovila cooperada. Hoje, as terras envolta a cidade pertencem a poucos proprietários, que foram comprando as pequenas propriedades das quais o governo de Goiás já havia distribuído seus títulos. O objetivo de contribuir, ou estimular, o povoamento do então norte goiano, em tese foi cumprido. No entanto, o Combinado Agro-

Urbano já não tem mais sua característica de sociedade cooperada, onde toda a produção era dividida proporcionalmente ao tamanho das famílias e, passa-se então ao sistema capitalista de propriedade privada da terra e do trabalho.

Algumas críticas se fazem necessárias sobre a implantação de tal projeto, em primeiro lugar está a falta de diálogo prévia com os camponeses e camponesas da região onde todo o planejamento, inclusive a escolha do local, deveria ter havido a participação massiva dos principais interessados, as famílias camponesas. Ao que parece, tudo foi decidido em gabinetes, através de pactos e acordos entre líderes governamentais. Em entrevistas diagnosticou-se que grande parte dos camponeses/colonos vieram de outros estados, foram registrados pessoas vindas de São Paulo, Minas Gerais e sul de Goiás. Então se faz uma pergunta, será que a população carente do então norte goiano foi atendida de fato com esse projeto? Se a população local não foi atendida a contento e, se deu preferência a pessoas vindas de outros estados da federação, então percebe-se que a pauta colonização se sobrepôs a pauta da reforma agrária.

Existem várias formas de colonização, entre elas pode-se citar o aumentando da população de uma cidade ou lugar, ou criando conglomerados de pessoas, criando assim novos lugares que no futuro podem ou não se tornar uma nova cidade. Outra crítica a ser feita é a respeito do lugar escolhido, um deserto em meio ao Cerrado, à 60 km da zona urbana de Arraias através de “picada” no meio do Cerrado.

O lugar não tinha a menor estrutura de logística de escoamento de produção a não ser por vias aéreas, que na época, em decorrência a falta de rodovias e ferrovias na região, era mais comum do que nos dias atuais. O projeto contava com um aeroporto, sem pavimentação, para receber os camponeses (colonos), bem como estruturas físicas tais como máquinas, ferramentas e mobiliários. Era uma mistura de reforma agrária com colonização, e ao final resultou em mais uma pequena cidade com uma infraestrutura básica, porém, com sua função colonizadora de ocupação territorial atendida, ou parcialmente atendida.

### **Considerações finais**

Na tentativa de fazer uma reforma agrária estatal em meio aos rincões do norte goiano, Mauro Borges Teixeira inovou com seu projeto de terras cedidas para a produção camponesa respaldado pelo estado. Seu projeto, além de uma tentativa apaziguadora para o campo, também tinha um caráter colonizador, com intuito de povoar o imenso território goiano na época. No entanto, após o golpe de 1964, esse projeto foi visto como subversivo pelos militares e políticos de oposição a Borges, causando sua deposição do cargo de governador, bem como o abandono e desarticulação do projeto. Devido à grandiosidade do projeto não houve tempo o suficiente

para que as Rurópolis se desenvolvessem em CAU, pois as mesmas contavam apenas com uma precária escola de ensino primário, de pau-a-pique, em cada uma e das casas de moradias feitas de talas de embiruçu.

Com o abandono do projeto por parte do Estado as Rurópolis deixaram de existir através da distribuição dos títulos das terras e posterior venda e abandono dessas propriedades por parte de grande maioria dos camponeses e suas famílias, devido à falta de apoio estatal e a consequente inviabilização de permanência no local. O projeto, ainda em fase inicial, não tinha sua autonomia econômica e financeira para prosseguir sem o apoio do Estado, isso sem dúvidas foi crucial para o seu encerramento.

Já na década de 1980, os títulos definitivos foram entregues aos que restaram no local e o distrito de Combinado foi desmembrado do município de Arraias dando lugar a cidade de Combinado. O resultado foi que a reforma agrária não foi realizada, no entanto seu caráter colonizador foi atendido a contento a partir do momento em que surge um novo município, um novo território com autonomia política e administrativa.

### **Referências bibliográficas**

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no nordeste**. Série Princípios. 2ª Edição. Editora ática: São Paulo, 1989.

BRITTO, Saimon Lima de. **O Projeto de Reforma Agrária de Mauro Borges em Território Tocantinense em 1962**. In: V Simpósio Nacional: Cidades, Fronteira E Território Tradicional E Viii Simpósio Do Nurba. Porto Nacional: UFT, 2019. Anais Eletrônicos. Disponível em: <https://simposionurbauft.wixsite.com/nurba/anais-eletonicos> Acesso em: 05 de julho de 2019.

BRITTO, Saimon Lima de; LIRA, Elizeu Ribeiro. **As Ligas Camponesas na Região de Dianópolis – TO: Uma proposta de Reforma Agrária na marra**. In: LIRA, E. R. (Org.). **Geografia Agrária do Tocantins: Campesinato, Latifúndio e Conflitos**. Goiânia: Kelps, 2018. P. 245-259.

JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2013.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa** (monografias, dissertações, teses e livros). Aparecida -SP: Ideias & Letras, 2008.

LIRA, Elizeu Ribeiro. (Org.). **Geografia agrária do Tocantins: campesinato latifúndio e conflitos**. Goiânia: Kelps, 2018.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Juruá, 2005.

MOURA, Maria Margarida. **Camponeses**. Série Princípios, 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, e outros. **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia: Kelps, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. – Coleção Caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1990.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Roberto de Souza. **Territorialização dos atores hegemônicos, desenvolvimento regional e local** – Uma análise crítica sobre o Tocantins. Goiânia: Kelps, 2019.

TEIXEIRA, Mauro Borges. **Estrutura agrária do governo Mauro Borges**. Brasília: Cegraf, 1987.

TEIXEIRA, Mauro Borges. **Tempos idos e vividos: Minhas experiências**. 2ª Ed. Goiânia: Ed. do autor: 2002.